



InfoSNESup 205

Newsletter

Março de 2014 – 2ª quinzena

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

SUMÁRIO

VINCULAR PARA ESTABILIZAR

CONSELHEIROS NACIONAIS DO SNESup REÚNEM EM LEIRIA

OS NOVOS CURSOS TeSP

APROVADA A LGTFP

O IMPACTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL

OS NOSSOS MAIORES INIMIGOS POR VEZES ESTÃO ENTRE NÓS...

SNESup NA REITORIA DA UALG

ALTERAÇÕES A REGULAMENTOS

TAMBÉM IMPLICAM AUDIÇÃO SINDICAL

RAD DO ISCAP EM AUDIÇÃO SINDICAL

A A3ES E AS TECNOLOGIAS DA SAÚDE

SNESup PRESENTE EM INICIATIVA DA ABIC

O SNESup CONVIDOU... LUÍSA CERDEIRA

DIÁRIO DA REPÚBLICA

EVENTOS

VINCULAR PARA ESTABILIZAR

Temos afirmado que [estabilidade é essencial](#) no Ensino Superior e na Ciência para que os docentes e investigadores possam continuar a desenvolver o seu trabalho pacificamente e garantindo a qualidade que é exigida.

Para tal é preciso [consolidar os vínculos dos docentes do ensino superior contratados a termo](#) e alterando e corrigindo os [regimes transitórios do ECDU e ECPDESP](#).

Defendemos a aplicação da Diretiva 1999/70/CE aos docentes do ensino superior contratados a termo (professores e assistentes convidados e leitores) visando a conversão dos seus contratos, após o tempo definido na lei geral, em contratos por tempo indeterminado, devendo estes manter a mesma categoria e condições. Medida que não tem qualquer impacto financeiro nas instituições uma vez que a única alteração seria com o tipo de vínculo dos docentes. E o que está em causa não é o acesso a um lugar de carreira mas tão somente a um vínculo de contrato por tempo indeterminado.

E não se pede nada de mais. Apenas que o Estado cumpra as responsabilidades que exige às entidades patronais. E seria bom também aqui o Estado dar o exemplo, exigindo aos outros o que respeita com os seus. [É de elementar justiça](#).

Só deste modo existirá estabilidade no ensino superior, quer nos vínculos do pessoal docente, quer nas condições para acesso às carreiras de quem tem vindo a cumprir as exigências para tal.

CONSELHEIROS NACIONAIS DO SNESup REÚNEM EM LEIRIA

O Conselho Nacional do SNESup reuniu no passado dia 29 de março no Instituto Politécnico de Leiria.

A sessão, bastante participada e em que foram abordados diversos assuntos, começou por analisar e aprovar o Relatório de Atividades e Contas relativo ao ano de 2013 apresentado pela Direção, documento que será posteriormente submetido a apreciação da Assembleia Geral.

Foram também expressas várias preocupações relativas aos Regimes Transitórios do ECDU e ECDESP e a necessidade de alteração dos mesmos e sua prorrogação na linha do que tem vindo a ser defendido pelo SNESup. Debateu-se em seguida a Diretiva 1999/70/CE e a sua aplicação ao Ensino Superior tendo-se entendido que no atual contexto o seu cumprimento, prevendo a conversão dos contratos a termo em contratos por tempo indeterminado após três anos (tempo previsto na lei geral), na mesma categoria e condições, seria o mais ajustado, medida que não dispensaria, a conjugação com as alterações relativas aos regimes transitórios.

OS NOVOS CURSOS TeSP

Foi publicado em Diário da República do passado dia 18 de março o [diploma que regula os Cursos Técnicos Superiores Profissionais](#).

Estão assim formalizados os tão anunciados cursos de curta duração ou ciclo de estudos superior não conferente de grau académico, que serão ministrados pelo Ensino Politécnico visando, tal como resulta do preâmbulo do diploma, melhor adequação da oferta educativa tanto à diversidade da procura como às necessidades do país em quadros qualificados.

Lamentavelmente, e tal como temos vindo a referir, o Governo terá voltado a legislar ignorando a opinião e os contributos das instituições de ensino superior e dos seus principais intervenientes, o que faz com que esta nova via de formação nasça “torta”, o que poderá fragilizar o seu sucesso. Por outro lado, embora se afirme que os TeSP pretendem uma "forte inserção regional" e "interação obrigatória com as empresas e associações empresariais da região", satisfazendo também assim eventuais necessidades das empresas, ao que parece terão sido também ignoradas as opiniões das associações empresariais que se terão mostrado muito pouco interessadas nestes diplomados. Já para não referir a posição do CCISP de recusa das instituições politécnicas em ministrar estes cursos...

Mas ficam ainda muitas questões por responder, como por exemplo: Com se irão conjugar estes cursos com os cursos de especialização tecnológica (CET) ministrados por instituições de ensino e formação não profissional? Ou como será a sua articulação atendendo à prevista "partilha de recursos humanos e materiais"? Quais as reais diferenças entre ambas as formações? Estarão as regiões preparadas e disponíveis para esta formação? O que ganhará o país com estes cursos? Esperemos não estar perante mais uma oportunidade perdida...

APROVADA A LGTFP

Foi aprovada na Assembleia da República, no passado dia 28 de março, em votação final global com os votos favoráveis do PSD e CDS-PP e contra dos demais Partidos, a [Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas \(LGTFP\)](#).

Apesar dos esforços, e de tal como divulgámos na [InfoSNESup n.º 200](#), e de todos os Grupos Parlamentares com assento na Comissão Parlamentar de Orçamento, Finanças e Administração Pública (COFAP) terem reconhecido a pertinência e justiça das propostas apresentadas pelo SNESup, as mesmas acabaram por não ser vertidas na redação final. De realçar, porém, que se mantiveram as alterações emergentes da intervenção do SNESup em sede de proposta apresentada junto do então Secretário de Estado da Administração Pública Hélder Rosalino.

Entrará assim em vigor uma Lei que reúne vários normativos que têm vindo a regular a vida na função pública e que naturalmente não deixará de afetar os docentes do ensino superior e investigadores de instituições públicas, tal como temos vindo a alertar. No entanto, e uma vez que, tal como nesta Newsletter realçamos, os nossos maiores inimigos por vezes estão entre nós, alertamos já para a necessidade de, antes de se pretender aplicar o regime às instituições de ensino superior, ter presente o carácter imperativo do disposto no nº 5 do artigo 244º que manda que sejam *salvaguardadas, quando necessário, as adequadas especificidades em relação ao respetivo corpo docente e investigador, nos termos dos respetivos estatutos*.

O IMPACTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA EM PORTUGAL

Foram divulgados dados sobre a Produção Científica Nacional entre 1990 e 2012 pela Direção-Geral de Estatísticas da Educação e Ciência (DGEEC).

Conheça [aqui](#) a evolução dos principais indicadores de impacto da Produção Científica e verifique como Portugal se tem vindo a aproximar dos seus parceiros em termos científicos apesar de ainda muito estar por fazer e podermos mesmo desperdiçar o esforço feito se se desinvestir da ciência e investigação, dos investigadores e docentes do ensino superior.

OS NOSSOS MAIORES INIMIGOS POR VEZES ESTÃO ENTRE NÓS...

Recentemente o presidente do Instituto Politécnico de Beja (IPBeja), Vito Carioca, assinou um Despacho solicitando aos Departamentos do IPBeja que apresentassem um conjunto de critérios sobre competências profissionais a serem tidos em conta na aplicação da requalificação (ou lei dos vínculos - [Lei n.º 80/2013, de 28 de novembro](#)) aos docentes.

Numa reunião de docentes do IPBeja muito participada (organizada pelos Delegados do SNESup), no passado dia 17 de março e que contou com a presença do Presidente da Direção do SNESup, debateu-se o assunto e clarificou-se que refere o nº 5 do artigo 4.º da referida Lei que “na aplicação da lei às instituições de ensino superior se salvasse, quando necessário, as adequadas especificidades em relação ao respetivo corpo docente e investigador, nos termos dos respetivos estatutos”. Viu-se ainda que não faz sentido aplicar a referida “avaliação de competências profissionais”, aos docentes do ensino superior uma vez que estes estão sujeitos, obrigatoriamente, a avaliação do desempenho, cujas consequências, positivas e negativas, resultam também dos próprios Estatutos.

Sugeriu-se assim aos docentes do IPBeja que não aceitassem participar na definição de critérios para avaliação de competências profissionais por não serem aplicáveis aos docentes nos termos do ECPDESP por remissão da Lei nº 80/2013., e que não participassem num processo que não tinha sustentação legal e que em nada dignifica o Ensino Superior e os seus profissionais.

Foi com agrado que soubemos agora que todos os Departamentos se recusaram a apresentar os critérios solicitados no Despacho. Um gesto que aqui publicamente reconhecemos e apoiamos!

É que, como temos dito, não faz qualquer sentido requalificar os profissionais mais requalificados do país. Mas se alguns dirigentes querem aqui encontrar um meio para cortar ainda mais nas instituições que tenham muito claro que a Lei da Requalificação aplica-se a todos, e naturalmente os dirigentes das instituições serão os principais alvos da mesma pois serão os potenciais requalificáveis... E se for para cortar que o façam sozinhos (e não se esqueçam deles próprios, onde numa lista para requalificação deverão figurar nos lugares de topo), e assumam a responsabilidade de hipotecar o futuro da instituição. No dia em que quiserem construir um futuro sustentável certamente contarão com o apoio empenhado de todos os seus docentes!

SNESup NA REITORIA DA UALG

O Presidente e Vice-Presidente da Direção (José Moreira) do SNESup reuniram no passado dia 17 de março com o Reitor recém empossado da Universidade do Algarve (UALg), Professor Doutor António Branco. Depois da apresentação de cumprimentos realizou-se uma afável troca de impressões sobre diversos assuntos relacionados, quer com a situação da Universidade do Algarve, quer com o Ensino Superior e Ciência em geral, ficando aberta a porta a um diálogo continuado visando identificar e ultrapassar problemas que possam surgir.

ALTERAÇÕES A REGULAMENTOS TAMBÉM IMPLICAM AUDIÇÃO SINDICAL

Temos vindo a referir que não decorre apenas da Lei e dos Estatutos a obrigatoriedade de envolver os Sindicatos aquando da elaboração de Regulamentos nas instituições, mas também sempre que se pretendam alterar os mesmos (aliás, como já alguma decisões judiciais o reforçaram).

Neste sentido, e depois de [comunicação dirigida ao Reitor da UBI](#) sobre a necessidade de o SNESup ser ouvido relativamente às alterações ao [Regulamento de Concursos e Contratação da Carreira Académica \(RCCCA\) da UBI](#), reuniu no passado dia 25 de março uma delegação do SNESup composta pelo Presidente da Direção e Delegados Sindicais, com o Reitor da UBI, que se fez acompanhar por um Vice-Reitor e pelos Chefes dos Serviços Académicos e da Assessoria Jurídica.

5

Os representantes do SNESup apresentaram um conjunto de propostas e considerações relativamente às alterações em causa (link para documento em anexo datado de 25 de março), sendo de destacar o acolhimento da necessidade de definição e delimitação do conceito de "integridade académica"

O Reitor da UBI entregou depois aos representantes do SNESup uma proposta de revisão do Regulamento de Avaliação do Desempenho (RAD) dos docentes da UBI que se encontra ainda em discussão pública ficando o compromisso de enviar a versão final para a devida audição sindical.

RAD DO ISCAP EM AUDIÇÃO SINDICAL

O SNESup enviou no passado dia 20 a sua [posição relativa ao projeto de Regulamento de Avaliação de Desempenho do Instituto Superior de Contabilidade do Porto](#), aguardando agora o agendamento da reunião solicitada com vista a concretizar a requerida audição sindical.

Destacamos a importância da discussão pública e do teste pelos docentes da grelha de pontuação, no sentido de que esta reflita a realidade da escola e das suas necessidades. Bem

como o princípio de que esta grelha de pontuação deve ter em conta a categoria na carreira. Porque categorias diferentes implicam responsabilidades e oportunidades diferentes.

A A3ES E AS TECNOLOGIAS DA SAÚDE

Membros da Direção do SNESup reuniram no passado dia 20 de março com o Presidente do Conselho de Administração da A3ES tendo em vista perceber a intervenção da Agência na elaboração do relatório em que se propunha a possibilidade de fusão de algumas formações na área das tecnologias da saúde no âmbito da oferta de ciclos de estudo. Procuramos nessa reunião manifestar dois tipos de preocupações à A3ES:

- O conhecimento efetivo que nos foi veiculado de diversas situações, em Escolas, quer pelo seu não envolvimento prévio (que parece estar a ser confundido com a colaboração de individualidades a título pessoal), quer pelo constrangimento de docentes para que procedam à reestruturação de cursos num tão curto espaço de tempo;

- Cremos que não se enquadrando esta proposta de oferta formativa não se enquadra no elenco das atribuições da A3ES, pelo que o seu envolvimento neste processo a fragiliza, porquanto muito em breve terá de proceder à avaliação dos cursos para cujos planos curriculares apresenta agora um plano tido como adequado.

Na sequência da reunião o Presidente do Conselho de Administração da A3ES escreveu ao SNESup procurando aprofundar a resposta a algumas das preocupações que lhe foram por nós apresentadas. Entendendo que é necessário clarificar alguns aspetos dessa resposta, escrevemos já nesse sentido à A3ES e da mesma contamos dar conta a todos os associados e em particular aos que são docentes em Instituições de Ensino Superior que ministram cursos na área das tecnologias da saúde.

Entretanto entendemos claro que as Instituições de Ensino Superior são as únicas entidades competentes, com o devido envolvimento dos órgãos científicos, para proceder à alteração dos planos curriculares dos cursos. À A3ES cabe, posteriormente, a sua acreditação. E apoiaremos todos os Colegas que estejam ou venham a sofrer qualquer tipo de pressão por parte de instituições por conta deste processo.

SNESup PRESENTE EM INICIATIVA DA ABIC

O responsável da Direção do SNESup pela área de Política Científica e Apoio aos Investigadores esteve na iniciativa promovida pela Associação dos Bolseiros de Investigação Científica (ABIC), no passado dia 29 de março, na Universidade de Aveiro para debater "O Presente e o Futuro da Ciência em Portugal: A Importância dos Bolseiros de Investigação".

Nesta iniciativa, tal como no [Encontro promovido pelo SNESup na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto](#) em 21 de fevereiro, foi reconhecido por todos que os bolseiros de investigação científica (trabalhadores precários da ciência a quem tudo se pede e tão pouco se

lhe oferece) tiveram um papel decisivo no crescimento científico registado nas últimas décadas em Portugal, sendo mesmo, atualmente, os principais “obreiros” de ciência em Portugal.

O não reconhecimento dos bolseiros de investigação científica como verdadeiros trabalhadores do sistema (isto é com os direitos e deveres subjacentes aos contratos de trabalho) associado ao facto de milhares de pessoas se manterem com um subsídio de manutenção mensal (bolsa) durante mais de uma década afeta não só o presente e futuro destas pessoas como condiciona o equilíbrio futuro da sociedade portuguesa. Uma das questões debatidas, por exemplo, foi como é que a sociedade portuguesa vai oferecer dignidade mínima a esta geração altamente qualificada quando chegar à dita “terceira idade” se atualmente as instituições nas quais trabalham se recusam a fazer os devidos descontos para a segurança social?

O estatuto do bolseiro investigação, instrumento que dá cobertura legal a esta precariedade, inicialmente desenhado para o universo das bolsas da Fundação para a Ciência e Tecnologia (bolsas individuais: BD, BPD e bolsa inerentes a projetos financiados pela FCT) tem permitido que Universidades, Politécnicos e Laboratórios Associados contratem trabalhadores com exclusividade como bolseiros mesmo em projetos fora do financiamento da FCT e, mais recentemente, esta forma precariedade estendeu-se também às empresas: As empresas através dos projetos QREN estão a contratar trabalhadores como bolseiros. Estranha-se o “gosto das elites portuguesas dominantes pela precariedade” e o silêncio de todo um Portugal que se diz democrata!

A estratégia subjacente à atual política científica, caracterizada por um desinvestimento geral em recursos para a investigação científica e pela concentração desses recursos em áreas de investigação centradas nos interesses de não cientistas (a ciência em função da procura das empresas) associada a uma precariedade crescente dos recursos humanos que promovem o desenvolvimento científico: i) debilita as capacidades para Portugal enfrentar os desafios inerentes à economia do conhecimento deste início de século; ii) convida à emigração dos recursos humanos altamente qualificados.

O SNESup CONVIDOU... LUÍSA CERDEIRA

A convite do SNESup, a Colega Luísa Cerdeira esteve no passado dia 28 de março na sede de Lisboa para realizar uma intervenção sobre o tema “Financiamento do Ensino Superior: Modelos e Alternativas”. Esta foi uma intervenção muito interessante e que reuniu contributos muito importantes, detalhados e relevantes para conhecer, nos planos internacional e nacional, opções adotadas pelos diferentes países em matéria de financiamento do ensino superior e tendências evolutivas das políticas neste domínio nos últimos anos.

Com base nesta intervenção, destacamos três ideias-chave que importa reforçar no quadro das propostas e reivindicações do SNESup sobre financiamento do ensino superior:

- é necessário inverter as políticas de aumento das propinas e redução dos apoios sociais para a frequência do ensino superior que têm vindo a ser seguidas. No plano internacional verifica-se que em Portugal a frequência do ensino superior está muito dependente do apoio das famílias dos estudantes e das respetivas capacidades económicas, pelo que desde 2010 se constata uma

redução do número de alunos. Esta situação é tanto mais grave quanto o nível de escolaridade da população portuguesa com ensino superior é baixo e está ainda afastado da meta europeia estabelecida para 2020, assim como num contexto de envelhecimento da população importaria encontrar formas de atrair alunos adultos em diferentes momentos dos seus ciclos de vida;

- é necessário exigir a elevação da despesa pública com o ensino superior. Esta cifrava-se em 1,5% do PIB em 2010 o que é um valor inferior ao que se verificava no mesmo ano em média nos países da OCDE (2,1%). Considerando que desde 2010 se assistiu a um corte de cerca de 20% no orçamento do sistema de ensino superior e tendo em conta que não existe ensino superior a mais no nosso país, a progressiva redução da despesa pública com o ensino superior no nosso país ao logo dos últimos anos é incompreensível;

- é necessário repensar fórmulas de financiamento do ensino superior equilibrando critérios de input e de desempenho e coordenando fundos para a ciência e para o ensino, promovendo contratos-programa entre as instituições universitárias e politécnicas e o Estado.

[Veja ou reveja aqui](#) a intervenção da Colega Luísa Cerdeira.

DIÁRIO DA REPÚBLICA

8

[Decreto n.º 10/2014, de 25 de março](#)

- Aprova o Acordo sobre a Concessão de Visto para Estudantes Nacionais dos Estados Membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 2 de novembro de 2007

[Resolução do Conselho de Ministros n.º 23/2014, de 25 de março](#)

- Autoriza a Universidade de Coimbra a realizar a despesa relativa à execução da empreitada de obras públicas para a reabilitação do Colégio da Trindade

[Lei n.º 15/2014, de 21 de março](#)

- Lei consolidando a legislação em matéria de direitos e deveres do utente dos serviços de saúde.

[Decreto-Lei n.º 43/2014, de 18 de março](#)

- Cria os cursos técnicos superiores profissionais, como formação superior de curta duração não conferente de grau

[Resolução da Assembleia da República n.º 24/2014, de 17 de março](#)

- Recomenda ao Governo a adoção de medidas sobre a praxe académica.

EVENTOS

CALL FOR PAPERS

Conferência Internacional - E a Pintura ?

21, 22 e 23 maio

FBAUL Faculdade de Belas-Artes da Universidade de Lisboa

Data limite para submissão 4 de abril

[Saiba mais aqui](#)

OUTROS EVENTOS

The Heterogeneity of Capitalism in Crisis-ridden Europe

4 abril

ICS – Universidade de Lisboa – 15H, Sala Polivalente

[Saiba mais aqui](#)

Cuidar de Quem Cuida: refletindo sobre o apoio aos cuidadores informais

3 abril

Escola Superior de Enfermagem de Ponta Delgada – UA – 14:30H. Auditório

[Saiba mais aqui](#)

ARbD'14 - Fourth International Conference on Architectural Research by Design.

8 e 9 maio

Lisboa - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

[Saiba mais aqui](#)

X Encontro Nacional de Investigação em Psicologia Social e das Organizações

22 e 23 maio

Instituto Universitário de Lisboa - ISCTE-IUL

[Saiba mais aqui](#)

IV Colóquio Luso-Brasileiro de Sociologia da Educação

- Entre crise e euforia: práticas e políticas educativas no Brasil

19 e 20 Junho – FLUP

21 Junho – FPCE-UP

[Saiba mais aqui](#)

Sindicato Nacional do Ensino Superior

Associação Sindical de Docentes e Investigadores

www.snesup.pt

Lisboa – Avenida 5 de Outubro, 104, 4º – 1050-060 LISBOA

Porto - Praça Mouzinho de Albuquerque, 60 1º – 4100-357 PORTO

Coimbra – Estrada da Beira, 503, R/C, A – 3030-173 COIMBRA